

**A História Acolá. Identidades e Diferenças na Vida Social do Portugal do Norte.**  
Porto, 8-10 de Dezembro de 1994.

Por iniciativa conjunta do Centro Norte de Portugal- Aquitânia (CENPA) e do Portugal Project da Universidade da Califórnia em Berkeley (Social and Cultural Studies), realizou-se nas instalações do Ateneu Comercial do Porto, nos dias 8 a 10 de Dezembro, o encontro «A História Acolá». O encontro pretendeu ser um espaço de debate pluridisciplinar centrado no tema das identidades e diferenças na vida social do Norte de Portugal. Estiveram presentes cerca de duas dezenas de investigadores ligados a disciplinas tão diversas como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia e a Economia, e provenientes de três países diferentes — Portugal, a França e os Estados Unidos — e de várias instituições de ensino superior e de investigação (Universidades do Porto e de Coimbra, ISCTE, EHESS de Paris, Universidade de Bordéus, Universidade da Califórnia em Berkeley, State University of New York em Binghamton). Depois de uma breve introdução a cargo de um participante previamente designado, cada uma das sessões consistiu num debate informal incidindo sobre um dos seguintes temas: a produção das famílias, a produção da regionalidade, a produção da urbanidade e a relação entre tradição e novidades.

Todo o encontro foi marcado pela insistência na necessidade de, por um lado,

desenvolver abordagens processuais dos fenómenos sociais e culturais que tenham em conta a importância da sua dimensão histórica, e, por outro lado, de promover a cooperação transdisciplinar. O risco de «regionalizar» a discussão, centrando-a exclusivamente no caso do Norte de Portugal, foi evitado desde as primeiras discussões, através da afirmação reiterada pelos participantes do imperativo crescente de abordar a partir de uma perspectiva transnacional e translocal fenómenos como a família, as migrações, as relações entre o urbano e o rural e a construção das regiões e do espaço urbano, a produção do espaço e a reinvenção das tradições no quadro de novas relações transnacionais e da emergência de novas identidades, acompanhando os próprios processos de transnacionalização e translocalização que hoje caracterizam as dinâmicas sociais e culturais.

O balanço do encontro foi francamente positivo, e ficou de pé a proposta de realização de novas edições, conservando o formato informal, a abertura transdisciplinar e a participação internacional, características que sem dúvida contribuíram para transformar este encontro numa ocasião particularmente interessante e produtiva de debate entre cientistas sociais.

Será de toda a justiça, finalmente, realçar o trabalho dos inspiradores do encontro e responsáveis pela sua realização, Jean Lave, professora de Estudos Sociais e Culturais da Universidade da Califórnia em Berkeley, e Gaspar Martins Pereira, professor de História Contemporânea da Facul-

dade de Letras do Porto, a quem se deve também a excelente organização, e ainda o apoio de diferentes instituições locais, universitárias e não universitárias, que proporcionaram condições logísticas e um ambiente de trabalho de uma qualidade invulgar. ■

João Arriscado Nunes

186

## A imigração no Sul da Europa. Coimbra, 11 e 12 de Novembro de 1994

O Encontro do Programa Cost A2 sobre «Imigração no Sul da Europa» teve lugar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Ao longo dos dois dias, mais de duas dezenas de comunicações foram apresentadas em quatro sessões, dedicadas a outros tantos temas: «A imigração no Sul da Europa», «Determinantes económicos e perturbações políticas», «Visitantes ou Residentes? Políticas nacionais e a Nova Ordem Europeia» e «Velhas questões, novos problemas». Coordenadas respectivamente por Han Entzinger (Rijksuniversiteit Utrecht), Catherine de Wenden (CERI-FNSP, Paris), Emylio Reyneri (Universidade de Parma) e Maria Ioannis Bagnha (FEUC), as várias sessões contaram com a participação de investigadores e de peritos em imigração oriundos de Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Holanda, Bélgica, França, Reino Unido, Alemanha, Suíça, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia, Bulgária, Polónia, Eslovénia, Brasil e Estados Unidos.

A diversidade em termos de origem geográfica, de formas de envolvimento dos participantes com o fenómeno da imigração — através da investigação ou da intervenção especializada no âmbito de organiza-

ções governamentais e não-governamentais —, das abordagens disciplinares — da economia e da demografia ao direito, à sociologia, à história e à antropologia — e das perspectivas e tópicos tratados — a análise quantitativa dos fluxos de imigração, a sociologia dos imigrantes e da sua inserção, a relação entre imigração e economia, a imigração, os imigrantes e os direitos humanos, os trabalhadores imigrados e as políticas sociais, as políticas de imigração, os conflitos culturais associados à imigração, entre outros — contribuíram para conferir grande visibilidade à crescente diferenciação e heterogeneização do campo dos estudos de migrações e, em particular, o que parece ser uma crescente preocupação com as dimensões cultural e política dos fenómenos migratórios, por um lado, e a procura de integração ou compatibilização entre essas perspectivas e as abordagens demográficas e económicas que tenderam a dominar este campo. Essa preocupação foi notória não só nas comunicações apresentadas, mas também nos debates nas diferentes sessões, e marcou de forma muito intensa as duas intervenções finais, a cargo de Lydio Tomasi (Center for Migration Studies, Nova Iorque) e de Georges Tapiños (FNSP, Paris), bem como a discussão que se lhes seguiu e com que foi encerrado o encontro.

Em jeito de balanço, pode dizer-se que o encontro constituiu um sucesso, sobretudo, enquanto momento de definição de uma agenda para os estudos das migrações no/do Sul da Europa para os próximos anos e, em particular, na medida em que apontou para a complexificação e diversificação das perspectivas de análise neste campo. É de realçar, ainda, a activa participação de investigadores e especialistas portugueses, que se espera venha a crescer em futuras realizações. ■

João Arriscado Nunes

## O duplo fardo dos trabalhadores que prestam cuidados.

Conferência internacional da FECVT, Bona.

24-26 de Novembro de 1994.

A família continua ainda a ser a maior instituição providencial em todo o mundo. Muitas dos seus membros que prestam cuidados são ao mesmo tempo trabalhadores empregados e, por isso, têm de enfrentar, para além das dificuldades que comporta aquele papel de prestador, ainda os problemas do seu próprio emprego. Enquanto o trabalho pode ter uma influência positiva nos cuidados, a inversa raramente se verifica, sendo o impacto dos cuidados familiares no local de trabalho considerado muito desfavorável.

A situação das pessoas com o duplo fardo de trabalhadores e prestadores constituiu precisamente a problemática central desta conferência promovida pela Fundação Europeia para as Condições de Vida e de Trabalho, com o apoio da presidência alemã da União Europeia.

As políticas sociais da generalidade dos países têm vindo a consagrar medidas que favorecem a prestação de cuidados a crianças e a deficientes mas tardam as medidas de apoio a quem toma conta de idosos, nomeadamente as destinadas a compatibilizar esta função com o emprego. Apesar de existirem já determinações nesse sentido da parte da Organização Internacional de Trabalho e de, recentemente, quer o Livro Branco sobre a Política Social Europeia quer o Livro Branco sobre o Crescimento e a Competitividade reconhecerem a necessidade de enfrentar o problema, os estados membros hesitam em assumir novas e mais pesadas responsabilidades em matéria de políticas sociais, enquanto que as organiza-

ções patronais, mal refeitas da crise, se esforçam por manter o problema fora do âmbito da empresa, ou seja, tratando-o como um assunto da esfera privada dos trabalhadores.

Algumas interrogações se colocavam à partida: qual a influência que a prestação de cuidados tem sobre a carreira profissional? Quais são os problemas específicos de quem combina um emprego remunerado com a prestação de cuidados a um familiar idoso ou deficiente? Que ajustamentos, apoio ou soluções podem esperar essas pessoas dos seus patrões?

A conferência pretendia não só avaliar a extensão do problema nos diferentes países da UE como ainda debater as iniciativas pontuais levadas a cabo a nível das empresas, numa altura em que a evolução demográfica e as transformações sociais apontam para uma perda de importância dos cuidados às crianças relativamente aos cuidados aos idosos. É certo que a melhoria da qualidade de vida laboral daqueles que prestam cuidados não depende apenas de iniciativas tomadas no local de trabalho e é influenciada também pelas condições existentes fora deste, tais como a disponibilidade de serviços domiciliários ou de outros apoios da segurança social, mas às empresas se reconhece um especial dever de intervenção, nomeadamente no domínio da informação aos seus trabalhadores.

Para além de agentes de intervenção social e de académicos, estiveram presentes representantes das organizações patronais e laborais e dirigentes de ONG's, num total de cerca de 60 pessoas que se distribuíram por oito secções de trabalho orientadas quer para a sensibilização e a intervenção no local de trabalho (incluindo temas como o do papel dos patrões, o do papel dos sindicatos, o da perspectiva dos prestadores e o do papel das organizações

de prestadores e das ONG's) quer para a melhoria das perspectivas de emprego dos prestadores (incluindo, neste caso, os temas da organização de trabalho, das medidas de emprego e de mercado de trabalho, das tecnologias ao serviço dos prestadores empregados e da reorientação dos serviços colectivos).

Dentre os trabalhos apresentados salientaria um estudo promovido pela OIT — interessada em encorajar a assinatura pelos Estados membros de dois instrumentos importantes sobre esta matéria (vd. Convenção 156 e Recomendação 165) — e realizado em seis países (Austrália, Canadá, França, Japão, Suécia e Estados Unidos) que conclui que, apesar do desejo generalizado de evitar a institucionalização dos idosos e permitir que estes permaneçam o maior tempo possível nas suas casas, os governos mostram-se muito reticentes em assegurar os serviços de cuidados a domicílio aos idosos com receio de se substituírem aos serviços familiares existentes e de gerarem no público expectativas a que não podem responder por razões financeiras. O estudo é, contudo, muito elucidativo quanto ao elevado encargo que representa para os trabalhadores cuidar dos próprios familiares, especialmente para as mulheres que são muitas vezes obrigadas por esse motivo a reduzir o seu tempo de trabalho, a antecipar a sua reforma ou a renunciar ao exercício de uma actividade remunerada. Uma das conclusões principais do estudo é a de que o agravamento crescente da situação dos idosos carentes de cuidados e dos trabalhadores que prestam cuidados acabará por chamar tanto a atenção da opinião pública como no passado o problema da guarda das crianças e, então, as autoridades serão forçadas a intervir.

O relato de algumas experiências, em vários países, mostrou ainda que algo se pode fazer a favor daqueles que combinam trabalho e prestação de cuidados. Por

exemplo, no domínio da organização do trabalho, é possível estabelecer convenções colectivas para facilitar essa combinação, flexibilizar e individualizar os horários de trabalho para melhorar a autonomia dos prestadores de cuidados, ou contabilizar o trabalho a longo tempo por forma a permitir ao trabalhador que presta cuidados gozar de períodos de licença para esse efeito sem perda de remuneração. ■

Pedro Hespanha

---

## XIV Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada

O XIV Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada realizou-se em Agosto do ano passado na Universidade de Alberta, em Edmonton, Canadá. Quase meio ano mais tarde, não se justificaria falar do acontecimento, a que, aliás, a imprensa portuguesa deu, com razão, algum destaque na altura. À prestigiada organização presidira, com muito êxito, durante os últimos três anos, a conhecida professora da Universidade de Lisboa, Maria Alzira Seixo. Com o empenhamento e dinamismo que todos lhe conhecem, Maria Alzira Seixo conseguiu, nesses três anos, triplicar o número de Associados da AILC por esse mundo fora, incluindo, claro está, o nosso país. No Congresso de Edmonton, Portugal esteve muito bem representado, não só em quantidade, mas também, passe a imodéstia patriótica, em qualidade — ou não tivesse sido José Sara-mago o seu convidado de honra. Na entrega de testemunho de Maria Alzira Seixo ao novo presidente da AILC, o americano Gerald Gillespie, os comparatistas portu-

gueses presentes puderam bem avaliar, com satisfação e orgulho, o apreço e o carinho de todos pelo seu desempenho em lugar de tamanha relevância internacional. Para mais, nos equilíbrios de poderes e influências de ocidentais e orientais, nortes e suís, a que a literatura e a ciência literária de modo algum escapam, o facto de a especialista portuguesa Maria Alzira Seixoser, a partir de agora, presidente honorária da AILC não é de somenos importância para este nosso Portugal, a escorregar cada vez mais da Europa.

Se à *Revista Crítica de Ciências Sociais* parece ainda pertinente dedicar algum espaço a este Congresso, é porque os temas e os problemas nele abordados são de grande actualidade e, mais do que isso, têm afinidades várias com algumas das preocupações interdisciplinares centrais a muita da pesquisa que se vem desenvolvendo no Centro de Estudos Sociais, em especial no âmbito do Núcleo de Estudos Culturais Comparados. Com efeito, o tema geral do Congresso foi «Literatura e Diversidade: Línguas, Culturas, Sociedades,» e qualquer exame perfunctório do programa geral resulta na conclusão de que a literatura, enquanto expressão ou área do saber, é de facto uma «ciência social.» Se a definição dos objectivos do Congresso aponta explicitamente nesse sentido — uma vez que, em prol da «problematização do fenómeno literário» em diferentes contextos, «o tema (...) do Congresso encoraja a aplicação de métodos contemporâneos de investigação literária muito diversificados, bem como a utilização de diferentes perspectivas interdisciplinares e multidisciplinares» — a sua organização temática e os vários títulos propostos (desde as conferências plenárias, a cargo de nomes grandes da comparatística internacional, à mais despretensiosa das mesas-redondas) pressupõem uma concepção de literatura que já pouco tem a ver com as textualidades (ou

mesmo as intertextualidades) autotéticas que os vários formalismos do século XX foram consagrando. De um modo geral, no Congresso falou-se menos de literariedade do que de multiculturalismo; discutiu-se mais o nacionalismo literário do que a universalidade da poesia; e reconheceu-se sem pejo a realidade tumultuosa da diversidade teórica e metodológica na articulação clara entre a literatura e outras formas de expressão tão individual e artística quanto social e política.

Se quisessemos isolar um conceito-chave do Congresso, tanto na sua programação geral como nas variadíssimas comunicações propostas, esse seria decerto o conceito de identidade. O Congresso, que se organizou à volta de seis secções com diversas sessões de trabalho cada, subordinou mesmo uma delas ao título de «Literatura e Identidade.» Se, no âmbito desta secção, o debate se situou algumas vezes nas fronteiras específicas daquilo a que poderíamos chamar «identidades poéticas» (abordando questões de período, género, modo, estilo, discurso, figura ou imagem), as mais das vezes a discussão tinha a ver com tentativas de definição das identidades em função da nacionalidade, da região, da história ou da geografia, da classe, da etnia, da raça ou do sexo. De tal modo que a matéria coberta pela secção dedicada à «identidade literária» acabou por não se distinguir muito da tratada pelas restantes secções, ostensivamente mais vocacionadas para abordar os estudos literários comparados de pontos de vista decididamente interdisciplinares, e com referência óbvia a quadros supostamente trans-literários, ou «políticos» (por exemplo, o Norte e o Sul; o Ocidente e o Oriente).

A dialéctica do Ocidente e do Oriente foi, de resto, o grande tema que deu forma ao Congresso. Muitas das comunicações preocuparam-se com a questão do imperia-



lismo cultural, em particular com a hegemonia teórica do Ocidente que, bem ou mal, continua a prevalecer. Mas tem de se reconhecer o esforço feito pelas mais recentes direcções da AILC para uma grande abertura à multiplicidade de perspectivas a que convidam as novas concepções globais das correlações de força no mundo contemporâneo. O Congresso anterior realizara-se em Tóquio em 1991; o que em 1994 teve lugar em Edmonton capitalizou nessa experiência a Oriente, ao acolher entre os seus participantes um número sem precedentes de comparatistas do Japão, da China, da Coreia e da Índia. Os contributos interessantes que trouxeram estes especialistas (que tiveram o mérito de explicitar, numa das mais animadas sessões de trabalho, a preocupação latente da AILC sobre o que «pode a literatura comparada fazer com o não-Ocidente, ou vice-versa») são sobretudo valiosos pelo exercício de aguda consciência crítica a que convidam os novos caminhos da comparatística literária. Uma coisa é haver, por exemplo, comparatistas japoneses a estudar literatura francesa, ou especialistas americanos a estudar literatura chinesa; outra é entender a pesquisa literária de comparatistas coreanos nos seus próprios termos; outra ainda é aproveitar os resultados teóricos da pesquisa literária oriental para o entendimento das literaturas europeias.

Mas é ao contrário deste último procedimento que estamos habituados e é ele que continua a perdurar, bem ou mal, a Ocidente ou a Oriente. Uma das comunicações que a mim, pessoalmente, mais me

interessou foi a análise que um colega coreano fez da poesia coreana tradicional com base na filosofia ocidental e na poética do modernista americano Wallace Stevens. Para o diálogo equilibrado de culturas não seria a altura de propor o oposto? Não tenho dúvidas de que esse seria um processo certamente estimulante e educativo, pelo menos numa primeira fase de entusiasmo multicultural. Porém, a seriedade do trabalho implicaria necessariamente o conhecimento da língua e cultura chinesas nas suas variantes mais importantes. A não ser assim, cairíamos numa falácia mais abissal ainda do que aquela que nos últimos anos tem arrastado alguns de nós com tanta frequência, e que é ler a nossa literatura em função de teorias concebidas a partir de literaturas escritas em línguas que desconhecemos e insertas em culturas a que, por isso, não temos acesso directo. Nestas condições, convir-se-á, o debate científico sobre identidades é particularmente delicado e arriscado. Seria talvez por isso que alguns comparatistas ilustres da ICLA se preocuparam, numa sessão deste Congresso de Edmonton, intitulada «Beyond Diversity,» com a necessidade de «superar a diversidade.» Porém, apesar da relativa representatividade multi-étnica e multinacional dessa sessão, dos resultados finais do Congresso uma dúvida persiste: a que novo centro identitário hegemónico conduzirá essa superação, obviamente a orientar-se cada mais uma vez para o velho princípio ocidental da neutralidade transcendente e universal do fenómeno literário? ■

Maria Irene Ramalho de Sousa Santos